

Governo amplia SUS Paulista para hospitais municipais

Programa prevê R\$ 760 milhões anuais para custeio de hospitais municipais em 77 cidades

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo oficializou a criação do programa Tabela SUS Paulista Municipal, nova etapa da política estadual de complementação financeira aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado e prevê cerca de R\$ 760 milhões em repasses anuais para hospitais administrados pelas prefeituras paulistas.

A medida deverá beneficiar 100 hospitais municipais distribuídos em 77 cidades do estado. A iniciativa amplia a abrangência da Tabela SUS Paulista, criada para reduzir a defasagem histórica dos valores pagos pela tabela nacional do SUS e garantir maior equilíbrio financeiro às unidades públicas de saúde.

Segundo o governo estadual, os recursos serão destinados ao custeio de procedimentos hospitalares de média e alta complexidade, além dos serviços de terapia renal substitutiva realizados diretamente pelos municípios. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento, fortalecer a rede regional de assistência e garantir maior previsibilidade orçamentária às administrações municipais. Durante anúncio da medida, o governador Tarcísio de Freitas afirmou que o programa permitirá aumentar a realização de procedimentos e cirurgias nos hospitais municipais. Segundo ele, o reforço financeiro também deve contribuir para melhorar a estrutura de atendimento à população em diferentes regiões do estado.



A iniciativa tem como objetivo complementar o custeio de atendimentos hospitalares

O anúncio da ampliação da Tabela SUS Paulista havia sido feito anteriormente durante a Caravana 3D — Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo, realizada no Grande ABC. Com a publicação do decreto, o programa entra agora na fase de adesão das prefeituras e regulamentação operacional pela Secretaria de Estado da Saúde.

O secretário estadual da Saúde, Eleuses Vieira de Paiva, afirmou que

o programa representa um avanço no fortalecimento da rede pública e amplia o apoio financeiro aos municípios para garantir maior acesso da população aos serviços hospitalares.

A Secretaria de Estado da Saúde deverá publicar nos próximos dias as normas operacionais do programa, incluindo critérios da tabela complementar de custeio, mecanismos de acompanhamento dos repasses e formas de controle da utilização dos

recursos. Para aderir ao programa, os municípios precisarão firmar termo específico com a pasta estadual. O documento terá validade de 12 meses, com possibilidade de renovação conforme critérios definidos pelo governo paulista.

Entre as exigências estabelecidas estão a existência de Fundo Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e Plano Municipal de Saúde atualizados, além da regularidade

no envio de informações hospitalares aos sistemas oficiais do SUS.

As prefeituras também deverão indicar as unidades cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e disponibilizar leitos e vagas no sistema estadual de regulação. A medida busca ampliar a integração regional da assistência hospitalar e otimizar o acesso dos pacientes aos serviços de saúde.

Entre os hospitais contemplados estão unidades localizadas na Grande São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba, Taubaté, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Piracicaba e outras regiões paulistas. A lista inclui hospitais municipais, maternidades, centros hospitalares e unidades especializadas em atendimento de urgência, clínica médica e hemodiálise.

Na região metropolitana da capital, serão atendidas unidades como o Hospital Municipal de Diadema, o Hospital Municipal de Barueri, o Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini, em Mauá, e o Complexo Hospitalar de Santo André. No interior, a relação contempla hospitais de municípios como Paulínia, Pedreira, Itapira, Ibiúna, Votorantim, Peruíbe, Mongaguá, Guapiara e Taubaté.

O governo estadual informou que a ampliação da Tabela SUS Paulista pretende reduzir dificuldades financeiras enfrentadas por hospitais municipais e ampliar a oferta de atendimentos em diferentes especialidades.

PM Ambiental inicia operação contra queimadas

Divulgação/Governo de SP

A Polícia Militar Ambiental iniciou nesta segunda-feira (25) a Operação Huracán, ação de fiscalização e prevenção voltada ao combate de queimadas e incêndios florestais em todo o estado de São Paulo. A operação segue até quinta-feira (29) e concentra esforços em áreas consideradas mais vulneráveis durante o período de estiagem.

As equipes irão intensificar o monitoramento de aceiros, margens de rodovias e ferrovias, estradas rurais, unidades de conservação ambiental e áreas de cultivo de cana-de-açúcar. O objetivo é identificar falhas na manutenção e situações que possam facilitar a propagação do fogo, especialmente em regiões de vegetação nativa e propriedades rurais com maior risco de incêndios.

Durante a operação, os policiais ambientais vão vistoriar as condições dos aceiros — faixas



As equipes vão intensificar o monitoramento de aceiros

sem vegetação utilizadas como barreiras de contenção contra as chamas — além das faixas de domínio às margens de vias urbanas e rurais, onde pequenos focos podem rapidamente atingir grandes proporções.

No setor sucroalcooleiro, a

fiscalização terá foco nos Planos de Prevenção a Incêndios adotados pelas usinas e propriedades rurais. As equipes irão verificar a existência e a aplicação efetiva de medidas preventivas, como monitoramento de áreas críticas, manutenção de aceiros e estru-

turas de observação. Em caso de irregularidades, os responsáveis poderão ser notificados conforme prevê a legislação ambiental.

A operação também contará com o apoio de drones, utilizados para ampliar o alcance das equipes em campo e facilitar o

monitoramento de áreas extensas ou de difícil acesso. As aeronaves permitirão identificar pontos críticos, avaliar a qualidade dos aceiros e registrar possíveis infrações ambientais.

Segundo o Comando de Policiamento Ambiental, a estratégia é atuar de forma preventiva para reduzir os impactos ambientais causados pelos incêndios florestais durante os meses mais secos do ano.

A Operação Huracán integra as ações do programa São Paulo sem Fogo, iniciativa estadual que reúne diferentes órgãos públicos no enfrentamento às queimadas e na preservação da cobertura vegetal e dos recursos naturais.

A Polícia Militar Ambiental reforçou que provocar incêndios e utilizar fogo de forma irregular configura crime ambiental. Denúncias podem ser feitas pelos canais oficiais da corporação e dos órgãos ambientais.